

**CÁRITAS BRASILEIRA**  
**CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**CONVÊNIO M.T.E/SENAES Nº 700686/2008**

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCADORES EM ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

**"A ECONOMIA SOLIDÁRIA É UM ATO PEDAGÓGICO"**  
**(Documento Final)**

**Santa Maria/RS**  
**2010**

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Resultado da mobilização do Projeto dos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES, o primeiro Seminário Nacional de Formação de Educadores em Economia Solidária, contou com o apoio do Conselho Nacional do Projeto CFES e foi organizada pela equipe do projeto CFES Nacional. Participaram do processo de registro, durante o seminário, os coordenadores dos projetos CFES Regional e Nacional, integrantes das Caritas Brasileira e representante da Incubadora do UNICAMP. A elaboração do documento final ficou sob a responsabilidade dos coordenadores do projeto CFES Nacional e consultoria específica para elaboração do documento final.

- Ângelo Zanré (Regional Nordeste II – Caritas Brasileira)
- Débora Frazão (CFES Sudeste - IMS)
- Ioli Wirth (Incubadora UNICAMP)
- Jonas Bertucci (Elaboração do documento final)
- Mariléia Hillesheim (CFES Nacional- Caritas Brasileira)
- Rosângela Carneiro Góes (CFES Centro-Oeste - Escola)
- Roseny de Almeida (CFES Sudeste – IMS)
- Raquel Uchoa (CFES Nordeste – UFRPE)
- Sérgio Mariani (CFES Nacional – Caritas Brasileira)
- Vanda Fernandes (Regional Ceará – Caritas Brasileira)

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>03</b>
<b>Primeiro momento: A construção da nossa história – traçando uma linha do tempo da formação em Economia Solidária.....</b>	<b>06</b>
<b>Segundo momento: A articulação dos Educadores em Economia Solidária - rumo a Rede de Formadores em Economia Solidária.....</b>	<b>10</b>
<b>Terceiro momento: Reflexões para a construção do Projeto Político Pedagógico para a formação em economia solidária – subsídios para os centros de formação em economia solidária.....</b>	<b>12</b>
<b>Possibilidades e Desafios para a Formação em Economia Solidária.....</b>	<b>21</b>
<b>Anexo I - Programação do Seminário Nacional de Educadores.....</b>	<b>24</b>
<b>Anexo II - Lista de participantes e entidades presentes.....</b>	<b>25</b>

## Apresentação

A Cáritas Brasileira, através do projeto do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária, realizou em Santa Maria, nos dias 19, 20 e 21 de janeiro de 2010, o I Seminário Nacional de Educadores em Economia Solidária. Esta atividade deu continuidade à articulação nacional de Educadores e educadores da economia solidária, sendo um momento onde se procurou resgatar o acúmulo e as propostas das duas oficinas nacionais, realizadas em outubro de 2005 e abril 2007 e organizadas pelo Grupo de Trabalho de Formação do FBES e SENAES.

A primeira oficina nacional teve por objetivo socializar e debater experiências significativas e representativas de formação em Economia Solidária na perspectiva de construção de uma estratégia de formação de mobilizadores voltada aos Fóruns Estaduais. A segunda oficina nacional aprofundou questões de sistematização sobre os princípios e diretrizes metodológicas da Formação/Educação em Economia Solidária, políticas públicas de formação e a rede nacional de Educadores/educadores em economia solidária.

Muitas questões ainda estão colocadas e a organização recente dos Centros de Formação em Economia Solidária, mostra que há um novo contexto fruto de toda esta mobilização anterior. Neste momento, a proposta do Seminário Nacional de Educadores em Economia Solidária tem dois grandes objetivos: 1 - fortalecer a articulação dos Educadores em Economia Solidária - rumo à constituição de uma Rede de Educadores em Economia Solidária; e, 2 - Animar as primeiras reflexões para a construção do projeto político pedagógico da formação em economia solidária – oferecendo, assim, subsídios para os Centros de Formação em Economia Solidária.

O seminário contou com 62 participantes com experiências diversificadas de todo o Brasil, sendo 1 formador por Estado integrante do núcleo estadual de formação dos Fóruns de Economia Solidária; integrantes de cada coordenação de CFES Nacional ou Regional; integrantes da Rede de Gestores Públicos; integrantes do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária; integrantes do Fórum Nacional de Educação de Educação de Jovens e Adultos (EJA); integrantes do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc); integrantes da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS); integrante do Plano Setorial de Qualificação (PlanSeq); integrante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); integrante da Articulação do Semi-árido (ASA) Rede de educação contextualizada – RESAB; integrante da Plataforma do Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil); Integrante da RECID – Rede de Educação Cidadã.

No primeiro dia foi traçada uma linha do tempo da formação em Economia Solidária, o que permitiu verificar que esta não se separa da história da formação do próprio movimento. O movimento é aprendizado, a organização política é aprendizado, a autogestão é, em si, um processo pedagógico. Na manhã do segundo dia discutiram-se os caminhos para articulação visando à constituição da Rede de Educadores em Economia Solidária. Não se faz rede se ela não tiver base e as bases devem ser os núcleos de Educadores locais. Durante a tarde a discussão procurou levantar subsídios para o projeto

político pedagógico para a formação em economia solidária. O fechamento se deu no terceiro dia, onde se apontaram os desafios e perspectivas para o futuro da formação em economia solidária.

Este documento é resultado da elaboração coletiva, rica em pressupostos, conteúdo e partilha, buscando reunir e organizar as idéias e discussões dos 3 dias de trabalho. Grande parte da riqueza do encontro não pode ser transcrita aqui, de forma objetiva e racional, já que a experiência vivida é muito mais ampla, abrangendo diferentes dimensões e sentidos. Assim, não se pretende também atingir conclusões definitivas, mas antes apresentar subsídios que permitam avançar na busca de consensos a respeito do processo formativo emancipatório necessário para a Economia Solidária e à definição de políticas públicas que fortaleçam esse processo.

## **Primeiro momento: A construção da nossa história – traçando uma linha do tempo da formação em Economia Solidária**

Cada vez que se realiza um encontro que envolva a base é preciso recontar e reconstruir a história. A linha histórica da formação em ES é bastante antiga, se tomarmos em conta toda a experiência de educação popular que a fundamenta. Não se pretende aqui esgotar, nem se aprofundar em detalhes toda esta história, mas sim resgatar os elementos trazidos pelos participantes, de acordo com suas diferentes trajetórias.

De forma institucionalizada, o debate sobre formação fica mais evidente a partir de 2002, quando os fóruns locais começam a levantar esta bandeira. Assim, no primeiro ano após a criação do FBES em 2003, é criado um grupo de trabalho que tem como objetivo debater a temática da formação e aprofundar os princípios em torno da Educação Popular. Os grupos de trabalho do FBES eram organizados em parceria com a SENAES e constituem um dos caminhos pelos quais se constrói a política pública.

Nesse sentido, os CFES nascem como uma política pública, diretamente ligada aos debates do Conselho Nacional sobre as demais políticas. Eles trazem a pauta sobre a formação, deixando claro que a articulação da rede de Educadores deve apontar para uma perspectiva universal. Ela deve reunir diversas experiências para além do Fórum, e não só entre os atores já conhecidos da ES. Caminha-se, assim para uma Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento no Brasil, num caráter de diálogo permanente que incorpore diferentes experiências, ampliando a relação com povos indígenas, quilombolas, fóruns de EJA, e diversos outros atores políticos. A idéia é essa: agregar.

Mas a linha do tempo da formação não se separa da linha do tempo da ES em geral. O movimento é aprendido, a organização política é aprendido e a autogestão é, em si, um processo pedagógico. Por isso, para retomar esta trajetória histórica, podemos discutir o cenário do Brasil dentro de três períodos recentes marcantes da história, destacando diferentes aspectos da construção da Economia Solidária, sem com isso esgotar o tema.

### **Origens da ES até a constituinte de 1988**

Pode-se dizer que no Brasil uma das primeiras manifestações de luta de organização popular que contestava o sistema da época foi a constituição dos quilombos, como alternativa ao modo de produção escravocrata. A base econômica coletiva dos quilombos se caracterizava por uma forma de Economia Solidária já existente nos séculos 17 e 18. Para os negros, este sistema marginal se colocava não apenas como fuga, mas como alternativa de vida, como alternativa ao sistema vigente, e à forma de produção econômica, baseada na exploração da mão-de-obra negra. Embora em situações e contextos diferenciados, comunidades de imigrantes italianos e alemães, também experimentaram no Brasil modelos de desenvolvimento alternativos, como as comunas autogestionárias. No Rio Grande do Sul, desde a chegada dos jesuítas, atividades econômicas que permitiam a produção de vinho, instrumentos musicais e outros produtos eram ensaiadas. Isto apenas para mostrar que desde

os primórdios houve outras formas e tentativas de organização e troca que, inclusive, lidavam com respeito com a cultura indígena.

A maneira como foi feita a colonização do Brasil e da América latina em geral nada teve de solidário e seus efeitos perduram até hoje. No século XX, com o país politicamente independente e com o fim da escravidão, inicia-se a fundo o processo de implementação do capitalismo periférico, baseado no trabalho assalariado. A industrialização, tardia, se dá apenas após a Revolução de 30, apesar do modelo baseado na produção primária voltada para a exportação sempre ter se mostrado inadequado para permitir o desenvolvimento do país. No entanto, esta revolução nada tem a ver com um processo de luta autogestionária, mas sim com a ampliação do mercado interno, o crescimento do consumismo e da ideologia do produtivismo, que passam a guiar as políticas públicas.

Em meados do século XX, podemos destacar alguns movimentos que representam manifestações mais ligadas à ES, como o movimento cooperativista, a luta dos trabalhadores sem terras, o movimento operário, os ribeirinhos, os seringueiros, a igreja e a educação popular. Assim, o termo o qual podemos destacar para caracterizar este período é a resistência. Esse termo é evidenciado no período militar, momento muito marcado pela repressão aos movimentos populares e pelo controle dos meios de comunicação com forte dominação política, ideológica e econômica. É importante destacar que durante e após o fim da ditadura, na década de 80, a classe trabalhadora e a igreja estarão fortemente articuladas, como contrapartida a esse processo de repressão.

Através da educação popular e da discussão da autogestão, começa a nascer a luta por uma outra economia, e a abertura democrática é apenas uma das condições para seu fortalecimento. Esta é a economia como prática de vida, de respeito ao SER e fundado na dimensão humana, respeitando a história, a cultura, a estética centrada em valores humanos. Pela estética criativa e não a do consumo. **Resistência** é a marca deste período.

## De 1989 a 2000

O contexto que perpassa o período pós 89 está marcado pelo neoliberalismo, período em que há um vazio da organização e uma forte queda da mobilização popular. O movimento sindicato, que era o foco da década de 80 não adquire destaque na década de 90, onde há um enfraquecimento da organização dos trabalhadores, em função da política neoliberal e da falta de estabilidade no emprego.

Assim, outros movimentos e prática de Economia Solidária começam a surgir, como o movimento por moradias, os mutirões em autogestão, os PAC's. O movimento rural ganha dimensão com a agroecologia, o MST ganha destaque, assim como experiências diversas do meio rural. Com a crise, muitas fábricas entram em processo de recuperação pelos trabalhadores. Propostas alternativas de ONG's, como a campanha Contra a Fome, dos espaços do terceiro setor, assim como a abertura da agenda ambiental (Eco 92) começam a ter mais reconhecimento. O movimento estudantil se coloca nas ruas pelo impeachment de Collor. Esse é o momento em que novos personagens nesse contexto, permitem o surgimento das primeiras políticas públicas, como em Belém, Porto Alegre e São Paulo, etc.

Com vários grupos que começam a exercitar a autogestão, a década de 90 pode ser considerada como a década de **auto-reconhecimento** da Economia Solidária enquanto campo de resistência e de luta. São valorizadas micro formas de se organizar, em complementação as grandes mobilizações da década de 80. Diferentes movimentos até então dispersos começam assim a se reconhecer em espaços comuns. Esta década caracteriza e espelha uma grande mudança no mundo do trabalho. Por um lado há a constatação da “morte” do socialismo real e, por outro, novas aberturas para formas alternativas de se organizar. A própria expressão Economia Solidária surge nessa década, como modelo de resistência, portanto, contra-hegemônico.

## De 2000 a 2010

Esta é a década do **dilúvio** da Economia Solidária. Se antes, tinham-se várias pequenas chuvas dispersas, é nesses últimos dez anos, que uma enxurrada de ações toma forma. Esta metáfora nos permite simbolizar de forma positiva os acontecimentos em diferentes dimensões no campo da formação, da institucionalidade, da legislação, do marco legal que envolveram os atores da Economia Solidária.

O 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre há 10 anos, abre a década oferecendo um sentimento de internacionalidade, onde a ES toma consciência de si mesma. Ali se percebe que a ES era um movimento social de diversos continentes e não simplesmente um conjunto de experiências que se tinha no Brasil. Este período pode ser considerado como de construção das estratégias, das plataformas e das políticas da ES, onde se salta do auto-reconhecimento e se começa a se criar e se consolidar como sujeito. Analisando todo esse processo histórico, fica então a questão sobre quais são os desafios no sentido de se criar condições políticas e institucionais.

Neste momento colocam-se em destaque, sobretudo, as estratégias de formação, abrindo um novo campo da educação popular no Brasil, o que não é formação sindical, nem apenas formação dos movimentos populares, mas um campo novo, que tem elementos singulares. Isso abre possibilidades para se perguntar o que significa a educação popular na Economia Solidária, que pedagogia deve ser construída. Certamente não é a pedagogia do trabalho assalariado, mas a pedagogia do trabalho autogerido, do trabalho associado.

Para além da formação, há que considerar o campo dos instrumentos políticos. A eleição do presidente Lula é um dado de conjuntura fundamental, que abriu um importante espaço naquele momento. No campo institucional, temos a criação do FBES, da SENAES, do Conselho Nacional de Economia Solidária, que são processos que demonstram certa organicidade do campo e dos atores da Economia Solidária. Estes atores vêm criando uma plataforma através das plenárias, conferências e encontros e colocando o debate nos espaços públicos.

O caso dos CFES é um exemplo. Sua implementação é fruto de uma articulação entre os espaços de governo e do movimento, com vistas a uma política nacional de educação em ES que permita a constituição de uma rede nacional de educadores. Surgem como uma estratégia formativa dentro de um espaço articulado onde se pensa o que é a política de educação em ES, assim como a



educação como política pública (através de inter-relações com o EJA, da formação das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, de gestores públicos, com movimentos como o talher, a RECID, entre outras). Nesse sentido, chama a atenção o papel dos CFES na preparação da II conferência nacional de economia solidária.

No entanto o ano eleitoral que se segue significa outro momento de inflexão, já que em muitos aspectos muitas das propostas tanto de esquerda quando de direita se fundamentam no velho paradigma do produtivismo. A entrada de Marina Silva (como candidata a presidência da República) sinaliza talvez uma possibilidade de mudança para se tiver ao menos um diálogo sobre novas formas de organização da vida em sociedade. O fato é que não se constrói uma pedagogia da autogestão com uma experiência que não seja autogestionária. Por isso, após a fase do auto-reconhecimento ocorre uma transformação para um projeto político, um projeto de desenvolvimento. Este é o salto neste período curto de 10 anos de história, onde a estratégia formativa que se articula com uma estratégia política.

## **Segundo momento: A articulação dos Educadores em Economia Solidária - rumo a Rede de Educadores em Economia Solidária**

O objetivo desta segunda parte dos trabalhos é trazer elementos para subsidiar o debate sobre uma rede de educadores da Economia solidária, que trabalha em parceria com outras redes e movimentos sociais. Existem questões filosóficas, pedagógicas e metodológicas compartilhadas entre esses atores e que serão aqui trabalhadas, já que uma rede nacional é um mundo em que devem caber todos os mundos.

A crise pela qual o mundo atravessou recentemente não é um quadro superado. Mais do que um momento isolado ela talvez esta seja uma crise também de valores, que mostra a fragilidade dos modelos de produção do capital. Este momento nos permite avançar no sentido da autogestão, que entre nós é algo relativamente recente e que hoje está em espaço privilegiado. O Brasil em meio a esta crise tem pautado três eixos principais, o PAC, Bolsa Família e Segurança alimentar, o que se sabe ser insuficiente para garantir uma outra proposta para o Brasil – pois não são oferecidas propostas que saiam das vias tradicionais, que permitam maior independência em relação à perspectiva do crescimento capitalista ilimitado.

Neste contexto, a educação tem papel fundamental, isto é, em seu caráter político, sendo importante pensar como a possível articulação da educação popular com a economia solidária (RECID, Fórum EJA, etc). A proposta é ampliar a participação no diferentes espaços para que seja possível pautar a educação popular como elemento importante para o projeto Brasil e latino americano. Um dos elementos aqui é o investimento na formação política das bases para fazer com que as pessoas se apropriem da educação popular como força para a constituição de uma outra cultura popular.

Tal reflexão pode se iniciar a partir de palavras que aparecem nas falas, nas conversas e nas relações feitas entre termos como rede e movimento, rede e organização, posicionando a discussão da estratégia metodológica. É preciso ver que o sentido das palavras está associado ao contexto de onde se fala: rede de resistência, redes da sociedade civil, redes de empresários, todas essas são possibilidades presentes na realidade. Muitas vezes se falam coisas muito diferentes também dentro dos próprios movimentos. Por isto é necessário aprofundamento teórico sobre redes, sobre sentido de desenvolvimento. É preciso acúmulo, mas é preciso também movimento, constantemente lutando contra a imobilidade.

Nesse sentido, temos que reformular nossa perspectiva de história, do que será a locomotiva da história. Ressaltando a necessidade de trabalho conjunto, mas com a compreensão de que cada rede, dependendo de seu local de organização, de incidência, terá uma perspectiva distinta, algumas vezes até visões contraditórias sobre os elementos necessários ao desenvolvimento. O lugar dos educadores, seu contexto e seu lugar de fala, em especial aqueles ligados à Economia Solidária, precisa ser reafirmado. Esta definição vale inclusive pela necessidade de reafirmação do sujeito da economia solidária como sujeito político.

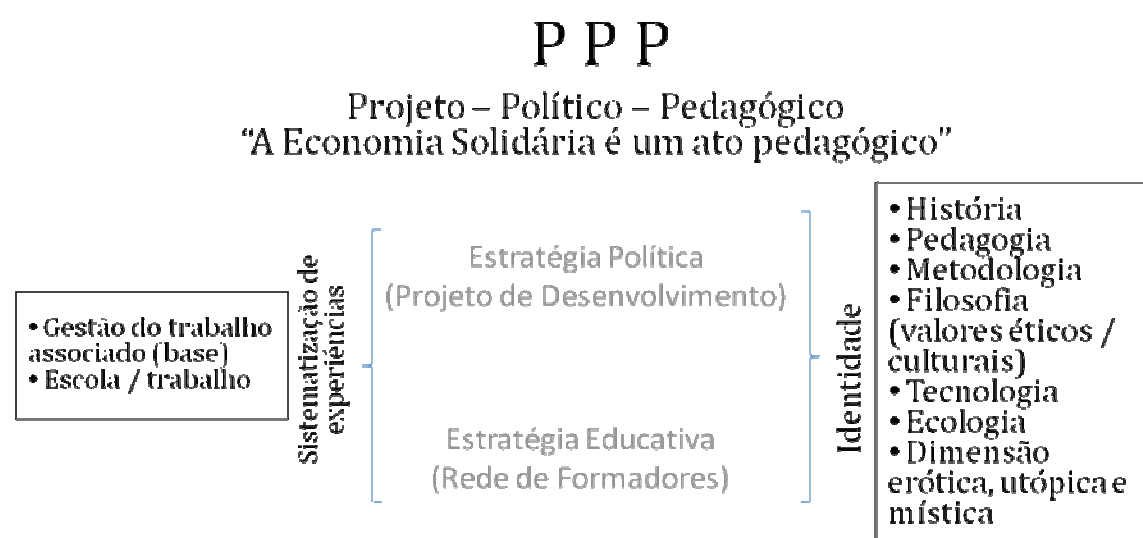
O debate deste seminário teve o caráter de iniciar esta reflexão coletiva, procurando problematizar elementos como a relação com outros movimentos sociais, que precisa ser fortalecido. Isto seria importante para dinamizar a atuação do movimento frente e com o Estado. Se se propõem um outro modelo de desenvolvimento e de consumo, são necessárias também políticas públicas que permitam emancipação, e que não atuem pela tutela. Mas a definição, o reconhecimento e a organização enquanto movimento, é preciso lembrar, precede a atuação como rede.

Outro desafio aqui seria o de partilha das experiências que se encontram a partir das diversas redes que compuseram o seminário. Isso permite se pensar um desenho para a rede que está prevista enquanto elemento fundamental no projeto do CFES. Esta é uma condição da autogestão - considerar a experiência das outras redes presentes para a construção do PPP do CFES. Essa é uma tarefa que exige a realização de análise de conjuntura e um olhar para o futuro para se pensar e realizar uma utopia concreta. Observar o que há em nossa realidade que indicaria a possibilidade de realização das utopias.

## Terceiro momento: Reflexões para a construção do Projeto Político Pedagógico para a formação em economia solidária – Subsídios para os Centros de Formação em Economia Solidária

Iniciamos neste momento uma discussão que não será, nem pode ser conclusiva, tendo continuidade com outras agendas este ano. Por enquanto podemos dizer que o PPP precisa ser coerente com o projeto da Economia Solidária, que por sua vez não pode esquecer-se da educação como um elemento chave.

O esquema seguinte apresenta uma visão sistêmica das dimensões a serem consideradas em um projeto político pedagógico autogestionário:



Assim, foram divididos 4 eixos para fazer seu desenho estratégico, para que nos grupos pudesse ser feito o debate coletivo.

O **primeiro eixo** apresenta os Conceitos Filosóficos da Economia Solidária, debatendo os elementos que formam sua visão de mundo, concepção de trabalho, visão ecológica e ética, seus os elementos de magia e mística, assim como seu aspecto lúdico e de Fé.

O **segundo eixo** fica a cargo das questões pedagógicas e metodológicas. Trabalha os elementos para pensar a construção do conhecimento, os temas e conteúdos fundamentais. O conhecimento científico, o conhecimento do vivido e o conhecimento produzido no chão do trabalho associado são saberes diferentes, mas de mesmo valor. A estratégia pedagógica é uma tradução da estratégia política, já que parte da questão sobre o papel do educador da Economia Solidária.

O **terceiro eixo** se concentra sobre o tema da sistematização, entendida como uma análise da experiência por aqueles que realizaram a experiência e não externa a ela. A sistematização também deve considerar outras formas de conhecimento, que não só o relatório, como as histórias e canções.

O **quarto eixo** fica a cargo a estratégia política e formativa e da organicidade em rede. É preciso resignificar o conceito de desenvolvimento e pensar que sociedade queremos. Construir juntamente com a prática, a teoria para essa prática. A pedagogia da autogestão implica a socialização do conhecimento. E a construção da pedagogia da autogestão passa necessariamente pela autogestão da pedagogia. Ser autogestionário é pensar-se cotidianamente como autogestionário.

Eles serão apresentados respeitando a forma rica e diversificada com que foram construídos ao longo do seminário. As propostas foram inspiradas no esquema inicial proposto no esquema abaixo:

## 1 Conceitos Filosóficos da Economia Solidária

A existência da economia solidária é a construção histórica de varias lutas contra o capitalismo, o individualismo e o processo de acúmulos de bens e capital. É trincheira da resistência dos movimentos populares, sindicais e políticos, na busca de um Mundo Melhor e possível.

É fundamental o respeito e o amor ao próximo, a natureza, a nossa opção pela vida. O respeito deve estar nos atos cotidianos, nas ações dos empreendimentos verdadeiramente associativos, cooperativados e solidários. Não é possível ser um agente da Economia Popular Solidária sem vivenciá-la minuto a minuto. Na preservação da água, da torneira que corre na minha manha, no lixo que produzo no alimento, no trabalho, na escola, na apropriação da produção que agride o meio ambiente.

Na nossa concepção de mundo, o trabalho deve ser algo que possa garantir a dignidade e a vida. O respeito ao outro deve ir além dos moldes puramente morais e éticos determinados de cima para baixo. O respeito deverá garantir a mística de que o outro faz parte de mim mesmo, faz parte de uma cadeia ambiental, onde todo o ser deve ser respeitado, valorizado em sua essência plena.

Os meios tecnológicos não podem passar por cima do homem, da mulher, das crianças, ou seja, das pessoas. Não podem simplesmente ignorar a capacidade do outro, de sujeito transformador e transformado em seu meio. O ser, em sua essência, é um ser místico por si mesmo. Sujeito criatura e criador.

Nesta perspectiva, temos como proposta, tentar conceituar alguns pontos fundamentais em nossa caminhada de Economia Popular Solidária. São eles:

- **O trabalho**

O trabalho é algo que nos faz reconhecer o outro em sua dimensão humana, não mercantil, na igualdade das relações, sem exploração do outro/outra. Tendo em vista o fazer cooperativo e justo. Construindo sonhos. E que emane no sujeito a satisfação do fazer com o outro, de transformar sua realidade e garantir a satisfação e sustentabilidade da vida.

Valorizando as experiências existentes: coletivas, associativas, solidárias.

- **Igualdade de gênero**

Construção de novas relações entre homens e mulheres nas práticas cotidianas no campo do trabalho, contrapondo a atual divisão sexual do trabalho, reconhecendo e valorizando este sujeito como parte deste processo produtivo.

- **A dimensão ecológica**

Garantir a dimensão da ecologia a partir das dimensões adotadas pela Economia Solidária. Que pense o meio ambiente como um todo, sustentável e que respeite seu processo natural na perspectiva de garantias de um ambiente saudável e de garantia da vida.

Respeitando e reconstruindo as relações com o meio-ambiente, com produção e manejo que não agrida a natureza, valorizando as experiências tradicionais e não poluentes.

- **A ética**

Garantir a não exploração do outro, construindo princípios éticos na perspectiva da vida. Desconstruindo a visão legitimada pela violência institucionalizada de negação e violência familiar, ambiental, sexual, do outro, da vida.

Um modelo ético que perpassasse as relações interpessoais e familiares. Superando o modelo de violência, preconceito e exploração.

- **A tecnologia**

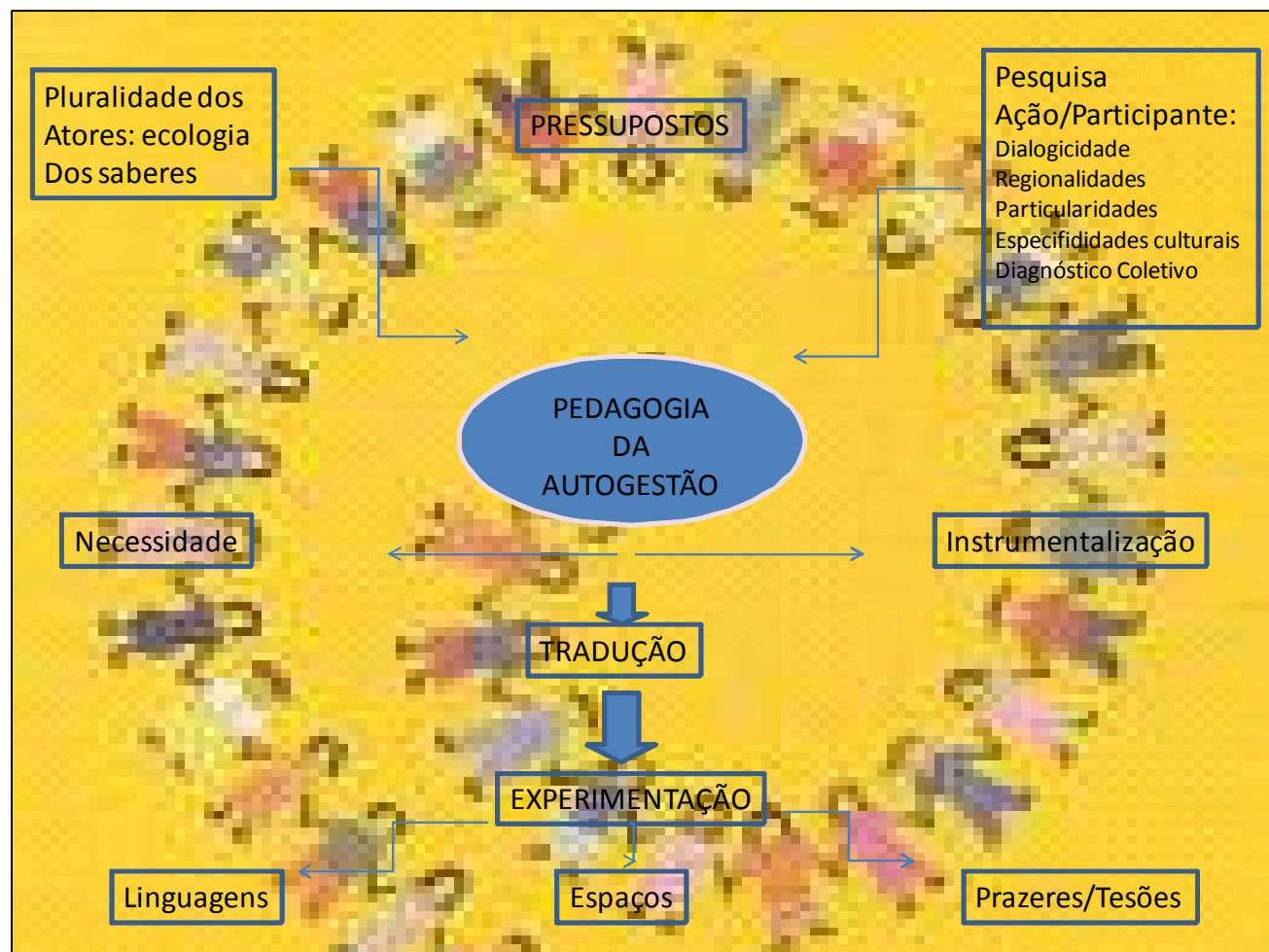
Construir um modelo tecnológico que possa contribuir com a vida. Que supere o atual modelo de exploração e substituição do ser, enquanto sujeito transformador. Visando a não rejeição humana no seu meio de trabalho, tendo em vista a construção de princípios éticos-tecnológicos que não exterminem a vida, os sonhos, as pessoas e suas capacidades de transformar, construir e produzir.

- **O místico-espiritual**

Dar sentido ao ser, significar e re-significar o ser e o fazer. Recuperar o valor da essência da naturalidade e simplicidade. No acolhimento do outro/outra na sua diversidade, na sua forma de ser, místico-espiritual. A recuperação da auto-estima e seu potencial humano-criativo.

## 2 Pedagogia da Autogestão - Alternativas metodológicas para uma pedagogia da autogestão

A figura abaixo tem o formato de Mandala para evidenciar que há elementos da Economia Solidária que possuem grande significado na sua apresentação simbólica.



Na parte superior procura-se destacar como a pedagogia da autogestão tem que estar fundamentada:

- Respeitando os pressupostos construídos até então e como referência da educação popular (ex.: a partir de Paulo Freire), se valendo deles para a partir daí trazer novas contribuições, mas com a consciência de que não é preciso reinventar a roda;
- Valorizando a pluralidade dos atores e saberes, considerando que nesta ecologia há contribuições de origens diferentes para dialogar e que cada uma tem o mesmo valor. Para que essa troca seja possível, é preciso bastante organicidade;

- Por meio da pesquisa-ação participante como caminho metodológico. O diagnóstico coletivo é fundamental para desenvolver processos que possam ser mais eficazes, por considerar as especificidades das culturas e as regionalidades, as particularidades e singularidades de cada local, de cada comunidade;

Ao centro, observa-se que esses elementos são fundamentais para compreender as reais necessidades de acordo com as realidades dos grupos, pensando como cada experiência se **traduz**, criando significados para os outros e construindo instrumentos para lutar por melhorias de forma contextualizada.

Assim, para que todos possam se compreender há a necessidade de se traduzir mutuamente, processo que é feito através da **EXPERIMENTAÇÃO**. Este é um ponto central: a postura aberta de experimentar processos criativos do presente para o futuro a partir de diferentes linguagens (racionais, não racionais, místicos, corporais, das artes, etc.). A produção de conhecimentos não pode se limitar a experiência formal e abstrata, mas deve envolver todo o corpo e o espírito, os sentimentos e sensações, a vivência da de situações e experiências diversificadas.

Produzir conhecimento significa passar pelo não conhecimento, o que se traduz através de uma **LINGUAGEM**, ou pela expressão de diferentes linguagens. Assim, para além do conhecimento através da linguagem racional, é possível experimentar os sentidos de forma mais plena, aberta e ampla, nos diferentes **ESPAÇOS** do cotidiano desde a fábrica até a comunidade (onde trabalhamos a autogestão), inclusive a casa, a família ou a rua.

A pedagogia da autogestão precisa da experimentação nos espaços da vida cotidiana e podem ser experiências fundadas nos **PRAZERES** e **TESÕES**, vivenciados e sentidos no dia a dia. Como tudo na vida, ela vale muito mais a pena quando é feita com prazer, gerando auto-estima. Essa pedagogia tem que acontecer com prazer, com tesão que é o sentido mais concreto da felicidade. O grupo recupera o lúdico que vem de lampião criando a pedagogia erótica, com o seu lema de vida: amando, gozando e querendo bem.



### 3 Sistematização

#### Contexto

- Na ditadura, não podíamos sistematizar e divulgar era entregar, “dedurar” os companheiros.
- Hoje temos necessidade de sistematizar como ato inerente ao fazer/incidir em política pública a partir da realidade, da história e dos interesses populares. Se não fizermos, outros farão, nem sempre com a mesma intenção. Hoje é elemento de luta.

#### O que não é:

- Sistematizar não se confunde com relatório nem artigo ou produção formal;
- Há risco de ficar no relato da realidade. Porém, se os participantes dos empreendimentos conseguirem relatar a própria prática, já se tem um avanço.

#### O que é:

- É uma reflexão sobre a prática (Oscar Jara).
- Quem viveu a experiência é que sistematiza: é o próprio povo que produz a história e se apropria do que fez. A sistematização tem que incluir o produtor da história.
- É importante porque, enquanto se escreve, se reflete a prática.
- É quando se faz um distanciamento da realidade, sem ficar ameaçado só pelas lembranças.
- Não pode ser confundida com registro, mas empobrece se não considerar o registro.
- Sempre tem um foco. Exemplo: o papel do educador na formação em economia solidária.

#### Sistematiza-se a partir:

- Dos registros.
- De relatos de encontros.
- Da prática pedagógica de formação e da base.
- De práticas de economia solidária.

#### Os instrumentos que temos são capazes de captar e sistematizar o que está acontecendo?

#### Experiências / Inovação

- À lógica de Oscar Jara explicita a necessidade de incorporamos “interesses” e questionar: sistematizar para quem? O que pode ser bom para um pode não ser para o outro. Assim, busca-se criar metodologias que explicitem essas diferenças e não que as encubram;
- Nos cursos de formação de Educadores a sistematização faz parte do programa formativo. Os grupos fazem uma prática formativa, em seguida sistematizam a experiência, e no módulo seguinte retomam a prática formativa aprendendo com o que foi feito e relatado, o que tem sido uma experiência positiva.
- Observou-se que a boa qualidade da sistematização não depende do grau de instrução.
- Pode ser feita também através de práticas pedagógicas. O educador sai do curso regional com uma carta, como se fossem os saberes necessários (pedagogia da autonomia) que Paulo Freire destaca;
- Exemplo de sistematização que foi apresentada na própria aldeia, destacando que deve ser feita com o coletivo que participou da experiência;

- Sugestão de filmes e livros (como materiais pedagógicos): Narradores de Javé, Colcha de Retalhos, Dona Cristina Perdeu a Memória (disponível no youtube), Marcelo, Marmelo e Martelo (livro), a História das Coisas (youtube e livro).

### **Produtos (a forma da sistematização)**

- O povo sistematiza a sua história de várias formas (colchas, teatros, hip hop, sambas enredo, etc.).
- Em cada Estado foi feito de um jeito.
- A maioria dos produtos está na forma de relato escrito, mas houve também:
  - histórias de vida;
  - cartas pedagógicas: sobre o que o curso significou para eles (ex: *mudou minha vida, eu achei que o agricultor não sabia nada*). Na oficina se faz a leitura de uma das cartas e destaca pontos importantes:
    - colcha de retalhos;
    - montagem a partir de camisetas e foto pela internet;
    - publicação das sistematizações já é produto final;

### **Sistematização do processo de formação**

- Outra sistematização que pode se transformar em vídeo ou material acadêmico/pedagógico, dependendo do público, é dos materiais e do processo que o CFES tá vivenciando. Estão começando a escrever o texto sobre isso, sobre os limites também. As oficinas são o processo mais interessante. Exemplo: cartilha para difundir a economia solidária.

### **Desafios da sistematização**

- Como sair de uma sistematização racional para uma sistematização vivencial que se transforme em instrumento de luta;
- Construção de Indicadores para pensar o desenvolvimento (convivência sustentável);

#### 4 Estratégia política / estratégia formativa / organicidade da Rede

Para se traçar uma estratégia política, é necessário partir das definições e do acúmulo que se tem. Nesta estratégia há elementos que não estão sendo devidamente considerados, como:

- 1- O resgate do Caderno 2 da oficina de formação, onde há uma série de questões fundamentais, que devem servir como ponto de partida para todos os que vão chegando na caminhada;
- 2- O balanço da caminhada da construção dos CFES até hoje. Precisamos trocar experiências, analisar os problemas, dificuldades e desafios. A troca entre nós, para construir um aprendizado coletivo, é fundamental e isso não foi integrado na metodologia deste encontro de Educadores;
- 3- Aprofundar os limites e desafios dos CFES, entre os quais, o problema de ficarmos muito pautados pelo cumprimento de metas/ano pré-estabelecidas, o que tem gerado um grande desgaste das equipes. Precarização do trabalho, sobrecarga por um processo “piramidal”;
- 4- Falta uma política de formação mais ampla, tanto para dentro da economia solidária e os diferentes programas em andamento (Brasil Local, NEATES, Comercialização solidária) como na articulação com outras redes e espaços que dialogam com ela (rede cidadã, agroecologia, etc.).

#### Alguns elementos para a estratégia política/educativa (organicidade da Rede)

- 1- Articular com outros movimentos e programas, contemplando dois níveis: o estrutural e o local. Estrutural: outro modelo de desenvolvimento. Local: reconhecer-se em diversas práticas, programas, experiências, atores sociais existentes;
- 2- Construção de agendas comuns, tanto as já existentes como outras que possam ser pautadas coletivamente;
- 3- Necessidade de pautar o governo e não ser pautado por ele. É preciso ter uma estratégia mais ampla que um programa/política/setor/edital. Tendo clareza da estratégia, é possível utilizar os diferentes instrumentos e espaços de que dispomos a cada momento, não dependendo exclusivamente das ações de um governo;
- 4- Priorizar o território: reverter a estratégia que prevaleceu até agora (de cima para baixo), construindo os processos de baixo para cima (da ação no território, junto aos empreendimentos);
- 5- Trabalhar um processo de formação sistemático, para o qual a Rede de Educadores passa a ser fundamental e supõe uma metodologia de ação.

#### Metodologia de ação

- Encontros periódicos (mensal, em diferentes níveis: território, estado, etc.);
- Documentos básicos de referência: é fundamental ter um documento que explicita a metodologia, que sirva de base para a retomada de todos os que vão integrando-se, que dê identidade, que retome permanentemente o acúmulo, enriquecendo-o sistematicamente.

#### Sistematização como estratégia

- Retomada e registro da história, da caminhada de cada fórum;
- Construir uma estratégia de comunicação, para dentro e para fora;
- Para dentro: utilizar os instrumentos existentes: página do FBES, boletim, etc.;
- Para fora: rádios comunitárias, comunicação radiofônica, entre outros;

- Utilizar instrumentos como o Ciranda e o e-solidária.

### **Construção de uma identidade da Rede de Educadores**

A formação deve ser feita e vivenciada com prazer e deve incluir os elementos políticos (que não são apenas princípios gerais) e os elementos operacionais:

- Construir núcleos temáticos, retomando experiências já desenvolvidas no Nordeste e no Sudeste, por exemplo;
- Trabalhar com núcleos estaduais, pois o formato regional atual é um complicador do processo, tendo articuladores por Estado;
- Integrar no território outras pessoas que são educadores, que tem interesse em somar-se aos coletivos de Educadores.

Proposta: Sugere-se a elaboração de um documento que seja encaminhado para cada Estado e CFES e que chegue até a base para alimentar a discussão (o que é Rede, etc). Fazer esta discussão aproveitando a realização da Conferência Nacional (aproveitar o momento para se encontrar, não necessariamente como parte do programa da Conferência). Insistir no critério de participação das pessoas que vêm.

### **Questões reforçadas**

- Pertencimento e critérios de participação das pessoas enquanto Educadores e referências dos CFES.

### **Perspectivas**

- Pensar a rede, agenda política, conferência e processualmente como vamos construir a organicidade da REDE (unidade e organicidade).

## Possibilidades e Desafios para a Formação em Economia Solidária

Os trabalhos apontam os vários desafios para continuidade em termos de formação para a Economia Solidária, nas discussões quanto aos conceitos de trabalho ou a necessidade de sistematização, tanto para o movimento de economia solidária quanto para as políticas públicas (PPS) em geral. A escuta dessa realidade deve-se traduzir em estratégias políticas e instrumentos concretos de ação.

Quanto à construção de uma Política Nacional de Formação esta deve ser pensada não como uma política complementar, setorial, segmentada, mas integral e de forma estratégica. Os Programas e Ações da SENAES, por exemplo, devem dialogar para gerar o fortalecimento e afirmação da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento. Para isso é necessário o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, que são os sujeitos e razão de ser de uma Política Nacional de Formação.

A articulação deve incluir as demandas concretas de elevação de escolaridade, num trabalho associado com a política de EJA, a formação para a autogestão, os Saberes da Terra e na Resolução 51, do MEC. Deve ter ampliar o espaço da Economia Solidária, na interlocução com o Ministério da Educação, com o PLANSEQ, etc. sempre organizados em rede. Em 2010 será realizada uma nova chamada pública para a ampliação da pedagogia da autogestão com a qualificação social e profissional a partir das redes já estabelecidas (de agroecologia, de cooperação dos empreendimentos) fazendo com que as ações cheguem mais na ponta.

A formação dos Educadores, agentes e gestores públicos de economia solidária tem ação específica dos CFES, numa perspectiva do fortalecimento político dos empreendimentos solidários, das organizações da Economia Solidária (redes e fóruns). Em 2004 pensava-se a estratégia dos CFES e tinha-se a clareza de que não era possível substituir aqueles que já fazem formação em Economia solidária (pessoas e instituições, universidades, incubadores, IBASE, Sindicatos - as escolas de formação sindical), portanto não se construiria uma outra estrutura organizativa em substituição ao que já vinha sendo executado. O objetivo era fortalecer a articulação a partir de todos os processos que existiam. Daí veio concepção de criar centros de referências para formação, articulação, diálogo, referências e intercâmbios de saberes e práticas metodológicas junto com aqueles que fazem formação em Economia Solidária e Educação Popular. Os CFES são pensados nesse sentido para garantir a formação de Educadores, daqueles que assumem as formações nas bases. E o desafio é transformar os empreendimentos como essa escola de construção (teórica e prática).

Outro grande desafio é integrar as diversas ações no campo da formação. A discussão dos CFES e da rede de Educadores precisa ser conduzida pelo FBES em âmbito nacional e regionais. A grande preocupação percebida desde o 1º ano era quanto ao papel dos CFES, como instrumento permanente de referência de formação em Economia Solidária, enquanto lugar e espaço. Isso implica e exige um processo de elaboração, pelo movimento que garanta o interesse de todos, para que as mudanças políticas não interfiram na sua consolidação e continuidade. Mas o CFES ainda permanece como um programa de governo, que avançou como proposta do movimento e não como um instrumento de ação de políticas públicas continuada. Seu formato (desenho) implica em dificuldades institucionais, sendo que a legislação não favorece o encaminhamento de processos.

Como foi dito, a política de formação deveria avançar numa perspectiva de rede, mas para isto acontecer é preciso a constituição dos núcleos de Educadores, assumidos pelos grupos de trabalho de formação de cada local. A questão da territorialidade está cada vez mais dada, e se nos locais não forem garantidos os processos o CFES não cumpre o seu papel. Essa rede tem que ter os núcleos de base de formação, e não deve ficar estrita às entidades que compõem o fórum, mas deve contemplar pessoas e organizações que tenham interesse de subsidiar as lutas políticas de formação para além da representatividade dos Fóruns, ampliando sua horizontalidade, numa perspectiva de troca de informações. O CFES como estrutura e programa de governo pode ser um instrumento que viabilize as Redes de Educadores locais, se colocando como PPS(?) com estas bases. Desta forma se dão as articulações políticas, preocupação fundamental neste momento.

Na construção do FBES, os empreendimentos (como UNISOL, UNICAFES, etc.) e gestores foram se estruturando em âmbito nacional, mas as diferentes formas de articulação das entidades de apoio ainda não deram conta disto. A expectativa seria de que o CFES cumprisse este papel, considerando que se poderia construir essa unidade com e entre as entidades de apoio. O grande desafio é integrar nos núcleos de formação estaduais, nas bases, a experiência dos diferentes atores (EJA, etc). Outra questão a ser colocada é a representação das mulheres nas manifestações e nos seminários, pois há uma cultura do poder que é constituído também nestes momentos de falas.

Sobre a relação com o Estado, ainda se coloca a questão: qual modelo temos e o que queremos? A forma em que são feitos os editais ainda é problemática, assim como o modelo de políticas que se tem para a economia solidária até o momento pode ser rediscutido. Assim, a tarefa política do FBES é de trabalhar na reconstrução constante de propostas e ampliar essa convivência com o diferente. A relação entre governo e FBES, nesse sentido, deve ser pautada nas bandeiras e eixos temáticos da 4ª Plenária Nacional da Economia Solidária, construindo um debate democrático, assim como através dos debates da II CONAES. O foco da conferência nacional será a questão do direito à outra economia. Não apenas à cidadania, mas à construção do marco legal a partir de um projeto de lei popular.

Os projetos políticos pedagógicos precisam ser, assim, remetidos para os Fóruns estaduais para agregar as contribuições locais, sendo definidos na conferência temática, no mês de abril de 2010, como uma construção coletiva. Abaixo, os grupos do seminário apresentaram alguns encaminhamentos vinculados aos processos de educação a partir das diferentes regiões com base nos elementos desta conjuntura (conferência temática; formação; CF 2010; Eleições) visando oferecer algumas proposições para o FBES e para o CFES.

## Propostas dos grupos por regiões

### CENTRO-OESTE

- Integrar Ações de diferentes programas;
- Realizar a 3ª oficina nacional de formação de Educadores com base nos cadernos (pode ser junto ou próximo à conferência temática);

### NORTE

- Reorganização dos fóruns estaduais;
- Identificar pessoas de referência do CFES em cada estado;
- Articulação entre Educadores;
- Articular Educadores de outras redes;
- Elaborar documento para discussão junto às bases e seu retorno;
- Criar/fortalecer os núcleos estaduais;

### SUDESTE

- Criar/fortalecer coletivos locais – ações formativas;
- Autonomia e especificidades estaduais;
- Adequar acesso à informação virtual com presencial;
- Intercambiar processos formativos entre os estados;
- Desafio da continuidade do processo; videoconferências, etc.
- Criar articulação entre os Educadores da região;
- Esclarecer e selecionar melhor o público participante;
  - oficinas de Educadores;
  - oficinas de gestores;
  - oficinas de chão de trabalho;
- Definir estratégias para construção do projeto político-pedagógico;

### NORDESTE

- Dificuldades para realizar ações nos estados;
- Suporte do CFES para as ações estaduais (convênios);
- Convênios descentralizados;
- Grupos de estudo com Educadores;
- Continuar: projeto político pedagógico;
- Juntar estados mais próximos – preparar construção da rede;
- FBES (Marco legal / Conferência Nacional);

### SUL

- O CFES está para ser implantado;
- Horizontalidade: todos/as atores;
- Papel do CFES: Principal articulador na construção da REDE;
- Participação dos fóruns estaduais;

## Anexo I

### Programação do Seminário Nacional de Educadores – CFES Nacional Local: Santa Maria – Instituto São José – RS

19/01 (Terça)	20/01 (Quarta)	21/01 (Quinta)
<b>Tema: Resgate histórico</b>	<b>Tema: A Rede de Educadores/ Projeto Político Pedagógico</b>	<b>Tema: Possibilidades e Desafios</b>
<p>9:00h - Início das atividades Abertura e apresentação dos participantes Coordenação: CFES Nacional Mesa de Abertura SENAES, CFES NACIONAL, FBES</p> <p>Apresentação da programação</p> <p>Considerações do coletivo</p>	<p>9:00h - Início das atividades</p> <p>Coordenação: CFES Nacional e FBES</p> <p>A Rede de Educadores em Economia Solidária: A articulação dos Educadores/educadores em economia solidária. A organização, estruturação e fortalecimento de núcleos estaduais de formação.</p>	<p>9:00h - Início das atividades</p> <p>Possibilidades e Desafios para a Formação em Economia Solidária (20min cada seguido de debate)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• SENAES</li> <li>• Representação do Projeto CFES</li> <li>• FBES</li> </ul>
<p>Tarde</p> <p>14:00h – Formação e economia solidária: A Construção da nossa história: Linha do Tempo Coordenação: CFES Nacional</p> <p>17:00 - Realidade e Desafios para a Economia Solidária Prioridades e Estratégias para 2010.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CFES</li> <li>- FBES</li> <li>- RECID</li> <li>- SENAES</li> <li>- MEC</li> <li>- FÓRUM EJA</li> </ul>	<p>Tarde: Projeto Político Pedagógico</p> <p>Coordenação: Claudio Nascimento</p> <p>14:00h – Uma proposta de metodologia para a construção do Projeto Político-Pedagógico do CFES</p> <p>Noite:</p> <p>19:00h Confraternização</p>	<p>Tarde</p> <p>14:00h – Avaliação e Encaminhamentos</p>



## Anexo II

### Lista de participantes e entidades presentes

Participantes do Seminário		
Participantes	Entidade	Estado
Ademar Bertucci	Caritas Brasileira	DF
Adriani V. Ferrarini	UNISINOS	RS
Alessandra dos Santos Matos	SECAD/MEC	DF
Altamiro José Alves Moreira	CFES CO	GO
Ana Beatriz Simon Factum	UNITRABALHO	BA
Ana Mercedes	Rede de ITCP's / FBES	RS
Andréa Mendes	FRES / FBES	RO
Andressa Corrêa	UNISINOS	RS
Ana Giselle	PIICPES / UFPA CFES Norte	PA
Ana Maria Almeida de Paulo	SEARA / RESAB	RN
Analise de Jesus da Silva	Fórum EJA	MG
Ângelo Zanré	CFES NE	PE
Assimelyni Azeredo Dias	Onda Solidária	RJ
Bárbara Espínola	PITCPES / UFPA CFES NO	PA
Begair do Carmo Flores	Projeto Esp. / Cooesp	RS
Caroline Silva dos Reis	CFES NE	BA
Cássio L. Becher	UFRGS / NEA	RS
Carlos Schmith	UFRGS / NEA	RS
Carlos Taborga	FEES – AC	AC
Carmem de Melo Castro	CFES CO	MT
Clarício dos Santos	BNB	DF
Cláudio Nascimento	RECID/Falher Nacional	RS
Clovis Vailant	CTFAT	MT
Cristina Milanez	NEATES / RS	RS
Deborah Lago Frazão	CFES/SE	MG
Diogo Tsukumo	Instituto Kaikós	SP
Elaine Cáceres	MEC	DF
Erotides Lima Cruz	Coorpes – Santiago – RS	RS
Francisca Maria da Silva	FBES / SE	MG
Ioli G. Wirth	Curso Especialização UNICAMP	SP

João Antônio G. Pereira	UNIPAMPA – São Borja	RS
Joana Mota Palheta	Ascoop / FPEPS	PA
Jonas Bertucci	UNB	DF
Julian Perez	ANA	PR
Lilian Rodrigues	Coordenação Nacional FBES	MS
Lívia F. A. de Freitas	Rede de Gestores/SEDEC	PE
Márcia S. Lima	CTFAT – Acre	AC
Maria Augusta	FBES / Sergipe	SE
Maria Lucimar de Aquino	REMAR – CFES PB	PB
Mariana Pereira de castro	Rede de ITCP's	SP
Maria Sonale	Secretaria de Estado do Trabalho e Emprend	AP
Maria Sônia Oliveira	Fórum EJA	AM
Marialda Moura da Silva	AACC – NEATES/RN	RN
Mariléia Hillesheim	Cáritas Brasileira	DF
Maurício Sardá de Faria	SENAES	DF
Maria Andréa Borges David	Talher Nacional	DF
Neuda Maria Lima	FAES/AM	AM
Paulo Henrique Moraes	Central do Cerrado / Fórum DF e entorno	DF
Raimunda Alves Augusto	SEDSS Acre	AC
Raquel Aragão	CFES NE	PE
Renato de Oliveira Silva	Prefeitura Mun. de Governador Valadares	MG
Rita de Cássia Alves dos Santos	PACS – RJ	RJ
Roberto Marinho	SENAES / M.T.E	DF
Robson Grizilli	Prefeitura de Guarulhos	SP
Rosângela Góes	CFES CO	GO
Roseny de Almeida	CFES Sudeste	MG
Rutiléia de Sá Arruda	CFES CO	GO
Sandra Nishimura	Rede de Gestores	PR
Sérgio Mariani	Cáritas Brasileira	DF
Severino Lima	UFCG	PB
Valéria O. Bastos	SEDSS / AC	AC
Vera Lúcia Barreto	RECID/Talher Nacional	DF